

AO NORTE TECNOLOGIAS E MODALIDADE A DISTÂNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO AMAZONAS: EM BUSCA DE UMA TECNOLOGIA SOCIAL PARA A EaD

Carlos Alberto Franco Tucci - ctucci@ufam.edu.br - UFAM

Gabriel A. Santos de Albuquerque - g_albuquerque@ufam.edu.br - UFAM

Glaucia da Silva Brito – glaucia@ufpr.br - UFPR

Resumo: *O uso de tecnologias e a oferta de cursos de nível superior na modalidade a distância no Norte do Brasil têm enfrentado entraves políticos, geográficos e metodológicos que diferentes instituições vem buscando resolver. Relatamos aqui um painel das experiências da Universidade Federal do Amazonas, e também apontamos como os entraves geográficos e metodológicos tem sido superados em busca de uma tecnologia social para a Educação a Distância*

Palavras-chave: *Educação a Distância, Estado do Amazonas, tecnologia social.*

Abstract: *The use of technologies and offer higher level courses in distance mode in northern Brazil have faced political, geographical and methodological barriers that different institutions has been seeking to solve. We report here a panel of the experiences of the Federal University of Amazonas, and also pointed to the geographical and methodological obstacles have been overcome in search of a social technology for Distance Education.*

Key-words: *Distance Education, State of the Amazon, social technology*

Submetido em 30 de maio de 2016.

Aceito para publicação em 05 de setembro de 2016.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

1. INTRODUÇÃO

No estado do Amazonas, que ocupa 18% do território nacional e apresenta densidade demográfica rarefeita em alguns municípios, três instituições públicas trabalham com tecnologias aplicadas ao ensino superior (Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade do estado do Amazonas -UEA e Instituto Federal do Amazonas - IFAM) e duas delas estão aptas a oferecer cursos na modalidade a distância (UFAM e IFAM) pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.

O trabalho desenvolvido por essas três instituições busca levar educação de qualidade aos municípios cujo acesso à educação superior é reduzida. Grande parte desse trabalho consiste, ainda hoje, na formação de professores sendo que o primeiro projeto de formação que buscava atender à demanda de formação docente, o Programa Especial de Formação Docente – PEFD, foi feito pela UFAM, empregando a modalidade presencial. Atualmente, a UFAM forma professores empregando sistema semelhante por meio do PARFOR enquanto a UEA desenvolveu o PROFORMAR no qual as tecnologias da informação e comunicação tiveram papel fundamental uma vez que se empregou o sistema IP.TV, de propriedade de uma empresa contratada para atender os centros universitários que receberiam aulas por televisão via satélite em tempo real. A essa tecnologia, também conhecida como t-learning, associa-se o uso de impressos e ambientes virtuais de aprendizagem. Até o momento, o IFAM não atende à formação docente dentro dos mesmos parâmetros que a UFAM e a UEA.

Há grande número de instituições privadas oferecendo cursos de nível superior na modalidade a distância, no entanto, até onde se sabe nem todas são reconhecidas pelo sistema UAB. No que diz respeito às três IES públicas aqui nomeadas, o que distingue as instituições federais da estadual é o fato de que a última ainda não está apta a oferecer cursos a distância uma vez que a modalidade por ela empregada (presencial mediada por tecnologias) não é reconhecida pelo sistema UAB. Em outras palavras: os alunos dos cursos oferecidos pela UEA na modalidade presencial mediada por tecnologias se veem obrigados a frequentar diuturnamente um dos polos em que o curso é oferecido e isto rompe com um dos princípios da EaD, a abolição da presencialidade. Nesse modelo, embora o professor não esteja no mesmo espaço que o aluno (as aulas são transmitidas via satélite), ocorre a interação por meio tecnologias e a obrigatoriedade do cumprimento do horário em sala de aula, na presença de um *professor assistente* cujas atribuições assemelham-se às dos tutores da modalidade a distância.

Instituída em janeiro de 2001, a UEA demonstrou imediata vocação para expandir-se e ampliar o atendimento a populações cujo acesso à formação de nível superior seria, no mínimo, difícil. Os cursos presenciais mediados por tecnologias foram a resposta da UEA à imediata necessidade de formação dessas populações entre as quais se encontram indígenas e ribeirinhos.

Já UFAM e IFAM apoiam-se no modelo praticado pela maior parte das instituições partícipes do Sistema UAB, pois empregam material didático impresso previamente preparado por professores conteudistas, aplicam esse material didático

ao AVA, customizado para esse fim, e complementam o emprego dos impressos e do AVA com vídeo-aulas. O modelo empregado por UFAM e IFAM tem uma vantagem sobre o presencial mediado por tecnologias: os alunos não estão obrigados a cumprir uma jornada em sala de aula e, caso sejam professores, não se distanciam de seus ambientes de trabalho. A possibilidade de formação em serviço torna-se mais atrativa para os cursistas e possibilita melhor planejamento para a rede pública de ensino.

As observações aqui postas não têm a finalidade de valorar ou sobrepor os métodos empregados pelas diferentes escolas, mas apontar suas distinções. Vale a pena ressaltar que o modelo empregado pela UEA conta com forte suporte tecnológico recebido de uma empresa contratada como também com o uso de uma banda satelital específica para atender aos 57 municípios nos quais os cursos são oferecidos. Esse forte aparato tecnológico e a garantia de qualidade de conexão são necessários para que as disciplinas ministradas e mediadas por tecnologias tenham sucesso. Dessa constatação quanto ao suporte tecnológico de que goza a iniciativa da UEA deriva uma outra, ou seja, os polos de apoio presencial da UAB não contam com o privilégio de uso da banda satelital que serve aos alunos do presencial mediado e isto pode ser explicado inicialmente por uma condicionante legal: a qualidade da conexão, fortemente cobrada dos polos de apoio presencial da UAB durante a avaliação promovida pela CGIE/DED – CAPES em 2012, é uma responsabilidade dos municípios (qualificados pela CAPES como *mantenedores*) em que tais polos se encontram.

No que diz respeito ao IFAM, sua recente chegada ao sistema UAB é constitutiva de uma trajetória mais longa cuja origem está na Escola de Aprendiz e Artífices, vindo a passar por inúmeras transformações que culminariam na estrutura dos Institutos Federais, conforme definida pela Lei 11.892. É exatamente nesse contexto de ampliação de atribuições, quando passa a oferecer cursos de nível superior, que o IFAM vem a integrar o sistema UAB, expandindo sua rede em dez campi dos quais três estão em Manaus. No momento, o Instituto tem cadastrado três cursos de status ativo no sistema UAB: Licenciatura em Física, Formação pedagógica e Especialização em Gestão Pública – PNAP.

Quanto à UFAM, as ações na modalidade a distância, por algum tempo, estiveram próximas das atividades de extensão e interiorização. Com a criação do Centro de Educação a Distância, e concomitante credenciamento da IES junto ao sistema UAB, deu-se início, em 2007, à oferta dos seguintes cursos de nível superior: Administração, Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Artes Plásticas. Ainda pelo PROLIC, a UFAM oferece as licenciaturas em Ciências Biológicas e Educação Física. Esse quadro de oferta se ampliou em 2010 com o Bacharelado em Administração Pública, as especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde e Mídias na Educação e, já em 2011, credenciamento da Licenciatura em Química no âmbito da UAB. Com a intenção de formar professores autores para a modalidade a distância, entre 2007 e 2010 foram oferecidas quatro turmas de Especialização em Produção de Material Didático para EaD. Todas essas ações acabaram por promover a oferta de licenciaturas, bacharelados e

especializações em oito municípios do Amazonas e, ao mesmo tempo, provocar uma série de enfrentamentos, como veremos a seguir.

As responsabilidades próprias aos mantenedores municipais e o diálogo tortuoso com o governo estadual geram alguns senões e comparações entre o presencial mediado por tecnologias e a modalidade a distância como desenvolvida pela UFAM nos polos de apoio presencial da UAB: 1. Evasão - uma vez que os alunos, ao compararem as ações desenvolvidas pelo governo estadual por meio da UEA, julgam que a modalidade presencial mediada por tecnologias tem melhor logística e maior apoio da esfera pública; 2. Quando do início das ofertas, desconfiança quanto à eficácia da modalidade a distância; 3. Receio do descumprimento de prazos relativos à conclusão dos cursos e 4. uma vez adaptado à modalidade a distância, o aluno não se sente como parte integrante da instituição na qual está matriculado dado o caráter plural e descentralizador do polo. Este último ponto diz claramente respeito ao sentimento de pertencimento já que os alunos da modalidade presencial mediada por tecnologias recebem formação dentro de um polo próprio da UEA enquanto os alunos que frequentam os polos de apoio presencial da UAB, pelo menos no Amazonas, participam de um espaço comum dividido entre diferentes instituições sendo a UFAM uma delas.

A fim de minorar a evasão, fortalecer a confiança na modalidade a distância e promover o pertencimento, os cursos oferecidos pela UFAM vem organizando, por meio de suas coordenadorias e do Centro de Educação a Distância ações que aproximem o aluno da instituição, atividades de extensão, integração entre as plataformas SIE (institucional) e Moodle para que o acesso a documentos dos alunos seja mais rápido, aproximação entre o estudante e o mercado de trabalho e busca de soluções para a qualidade do link por meio do diálogo com estado e municípios, entendendo estas ações como a busca por uma tecnologia social.

2. TECNOLOGIA SOCIAL

Kenyon (2003) relata que um grupo – composto por vários representantes de projetos sociais no Brasil - reuniu-se para desenvolver uma Oficina, promovida pelo Centro de referência em Tecnologia Social com o objetivo de levantar algumas características que se tornariam parâmetros no momento da identificação de tecnologias sociais. As características levantadas foram:

- Em relação aos objetivos amplos: Visa a solução de uma demanda social concreta;
- Em relação aos processos de tomada de decisão: Formas democráticas de tomada de decisão. Há estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população envolvida;
- Papel da população no projeto. Como se cria vínculos da população. Há apropriação e aprendizagem pela população e outros atores envolvidos;
- Em relação ao planejamento: Planejamento e capacitação de longo prazo;

- Construção de novos conhecimentos: Há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
- Em relação a sustentabilidade: Visa sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- Em relação a reaplicação: Visa a possibilidade de reaplicação e utilização daquela Tecnologia Social em maior escala.

Partindo desta construção, KENYON (2003) conceituou a tecnologia social como:

o processo coletivo que visa questionar o que, como, por que e para quem a tecnologia se desenvolve, para que o cidadão se aproprie dos bens sociais e culturais numa ação conscientizadora de seu papel na sociedade democrática, que alia saber tácito das camadas populares ao saber científico gerado ao longo da história da ciência a fim de que esta contribua para a diminuição dos índices de desigualdade social entendendo a tecnologia como meio para a construção da sociedade democrática através de uma ação educativa que desmistifique a tecnologia às camadas populares para que busquem a humanização através de um trabalho participativo na comunidade e representando soluções concretas para a inclusão social.

Nesse contexto, consideramos a Educação a Distância como uma tecnologia social, pois esta vem se tornando um instrumento fundamental de promoção de oportunidades nas comunidades, visto que muitos indivíduos, apropriando-se deste tipo de ensino, podem concluir um curso superior de qualidade e abraçar novas oportunidades profissionais, contribuindo assim para a diminuição dos índices de desigualdade social.

A Educação a Distância, estabelecida por meio do programa da Universidade aberta do Brasil, possui uma acentuada relevância social, pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem em localidades onde as Universidades não conseguem chegar, sendo este caso emblemático para o Estado do Amazonas.

3. Limites geográficos e busca de superação

Questão fundamental para a oferta de cursos de nível superior no Amazonas é o necessário reconhecimento das distâncias continentais que separam a capital dos demais municípios. A Universidade Aberta do Brasil conta com oito polos ativos no Amazonas (Manaus, Coari, Maués, Manacapuru, Lábrea, Santa Isabel do Rio Negro, Manaquiri e Tefé) dos quais dois corriam o risco de descredenciamento por não terem atendido as observações feitas quando de suas avaliações em 2012. O descredenciamento desses polos e seu eventual fechamento significaria deixar de atender expressivo número de alunos tanto nos bacharelados quanto nas licenciaturas.

Muito do descumprimento das recomendações advém de uma questão que se repete Brasil afora e se agudiza no Amazonas: a impossibilidade de os municípios

fazerem dos polos de apoio presencial parte integrante das preocupações orçamentárias devido às suas obrigações com o ensino fundamental, notadamente as séries iniciais, pois os polos oferecem cursos de nível superior. O mesmo é aplicável no que diz respeito à banda larga e qualidade de link, problema sempre apontado pelos avaliadores dos polos.

Para melhor compreender a real situação quanto à qualidade de link no Amazonas é necessário recorrer à **Proposta da Rede Estadual de Comunicação do Amazonas** no qual se pode ler:

Com relação à infraestrutura de comunicação, o Estado do Amazonas possui apenas 72 órgãos conectados através de 50 quilômetros de fibra ótica, implantados e mantidos com recursos do Governo do Amazonas, e que atende apenas à Cidade de Manaus. Os demais municípios se utilizam das caríssimas, e lentas, conexões via satélite cujos custos variam entre R\$ 5 mil e R\$ 34 mil por 1 Mbps. Só no município de Manaus temos uma demanda para interligação, para atender todos os órgãos, com cerca de 450 prédios. (Proposta da Rede estadual de Comunicação do Amazonas, p 3, 2012).

Diante desse fato, é evidente que em municípios nos quais a arrecadação é quase sempre baixa, a manutenção de links de qualidade é caríssima.

Que alternativas poderiam ser pensadas para que se superasse a demanda por banda larga no Amazonas? No mesmo documento, pode-se verificar que “existem no estado mais de 700 quilômetros de fibra ótica sendo 660 Km da PETROBRAS (gasoduto Coari – Manaus) e 107 Km da Amazonas Energia distribuídas nas cidades de Manaus, Iranduba e Presidente Figueiredo, que poderiam ser utilizadas para o tráfego de dados” (idem, p 3). Diante desse fato, fica evidente a possibilidade e sua futura concretização de ampliar o backbone ótico do estado do Amazonas, utilizando a infraestrutura de fibra ótica da PETROBRAS e da AMAZONAS ENERGIA. Tal ampliação servirá não só aos órgãos estaduais e municipais mas também a toda estrutura federal, incluídas aí as IES.

O Programa Nacional de Banda Larga, instituído pelo Decreto 7175 de 12 de maio de 2010, possibilita a ampliação da rede de fibra ótica, o que já se deu em outras unidades da federação, mas não teve o mesmo êxito no Amazonas. Espera-se, de acordo com os documentos oficiais, que essas medidas sejam levadas a efeito até 2014. O mapa mostrado na Figura 1 apresenta a previsão da distribuição e emprego das redes de fibra ótica pelo PNBL até 2014.

Rede Nacional

Estimativa
2014
 Abrangência
 Brasília + 25 Capitais
 Utilização
 30.803 km (Brasil)

Fibras ópticas: Petrobras e Eletrobras

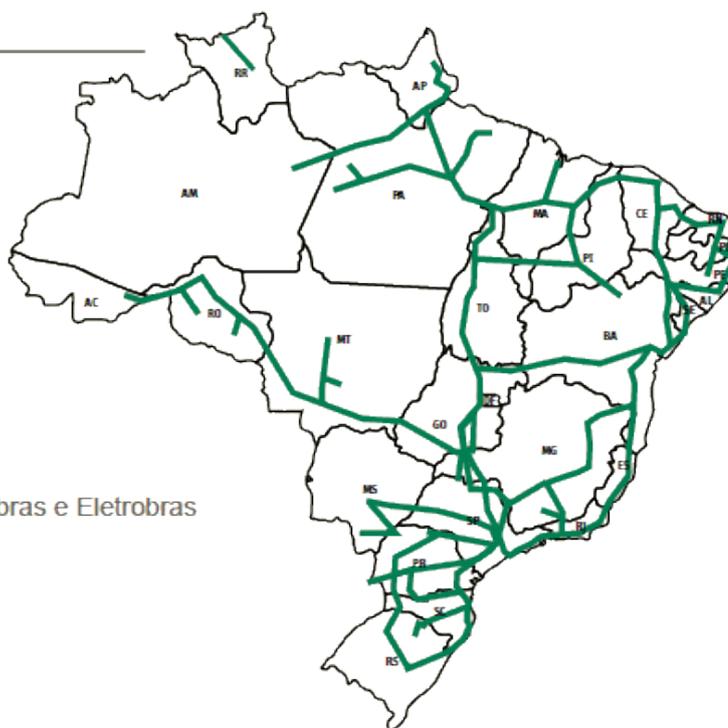


Figura 1 – Previsão da distribuição e emprego das redes de fibra ótica
 Fonte: <http://www4.planalto.gov.br/brasilconectado/pnbl/implantacao-e-desenvolvimento/>

Como se percebe, a rede de fibra ótica sequer chega a cobrir parte do Amazonas (Fig. 01) que, de longe, é o estado brasileiro com maior superfície e que carece desse serviço. A proposta apresentada pelo governo do estado do Amazonas possibilitará a inserção dos polos de apoio presencial na rede a ser atendida para tráfego de dados ao mesmo tempo em que aumentará a velocidade dos acessos de alunos aos ambientes virtuais para os cursos da modalidade a distância.

Se toda a proposta da SECTI (2011) para melhoria da rede de banda larga for consubstanciada, apenas 15 dos 62 municípios do Amazonas, ou seja, menos de 25% dos municípios do Estado poderão ter sua internet melhorada. Outro problema associado a esta proposta é que ela cobre apenas os municípios do Baixo Amazonas, Região de Manaus e o Médio Amazonas e não incluem os municípios das Calhas dos Rios Madeira, Purus, Negro e Alto Solimões. Neste último grupo, estão situados vários Municípios que apresentam os menores resultados do IDEB no Amazonas (Atalaia do Norte e Juruá 2,7 para avaliação de 4^a e 5^a séries e Envira 1,8 para avaliação da 8^a e 9^a séries - INEP, 2012) e IDH (Tapauá: 0,498 e Ipixuna: 0,487) .

O baixo IDEB de alguns Municípios do Estado do Amazonas pode estar diretamente relacionado à qualificação e atualização profissional de seus professores. Ressalta-se ainda que o IDEB médio do Estado é de 4,3 contra a média nacional de 5,0 para o ensino fundamental. Para o ensino médio, o Estado apresenta uma média de

3,5 contra a média nacional de 3,7. Apesar de os índices Estadual e Nacional estarem próximos, estes são muito divergentes entre os Municípios do Estado.

Em relação aos baixos valores do IDH pode-se apontar que um dos fatores que mais contribui para isso é o baixo nível educacional das populações locais, sendo que isto está diretamente relacionado com a oferta de educação em nível superior. A EaD poderá promover a melhoria dos índices e diminuição das desigualdades existentes no Estado, porém para que a mesma possa se desenvolver a internet de banda larga é imprescindível.

3.1 Fazer educação a distância e seus agentes: alunos, tutores, professores, gestores.

Entre os defensores da presencialidade, há um questionamento recorrente: como lidar, na modalidade a distância, com conteúdos considerados *complexos* uma vez que as estratégias da modalidade presencial não puderam, mesmo que os professores estejam junto aos estudantes, trabalhá-los de modo a obter resultados preponderantemente positivos quando da avaliação da aprendizagem?

Não obstante esse problema envolver amplo conjunto de assuntos como avaliação, metodologias, a tendência a comparar os recursos empregados por ambas as modalidades e o binômio ensino-aprendizagem, cabe esclarecer que a famosa independência das relações espaço-temporais entre professores e alunos ainda permanece como uma meta, mais do que uma utopia feita realidade. Queremos dizer com isso que professores, alunos e tutores advém, pelo menos no Amazonas, de uma experiência construída sobre as bases da modalidade presencial e que o modelo de relações estabelecidas entre esses três sujeitos deita fundas raízes em experiências de ensino-aprendizagem não raro lacunares e falhas, pois quanto mais distante o município, vila ou localidade onde um aluno é formado, menos possibilidades o poder público tem de conhecer e avaliar os processos pelos quais crianças e adolescentes aprendem.

Os já decantados problemas que fazem do ensino médio um gargalo, voltam a aparecer quando os alunos da modalidade a distância cursam disciplinas consideradas “difíceis”. Nessas disciplinas, a competência leitora e a competência na resolução de problemas lógicos são postas à prova. Um exemplo disso se deu na UFAM quando da oferta da disciplina Matemática Elementar, pré-requisito para outras disciplinas onde os conhecimentos de aritmética, geometria e álgebra serão necessários, experiência de que trataremos mais adiante. Considerando o ciclo de formação dos alunos, é desejável que ao chegarem ao nível superior, as capacidades leitora e lógica tenham sido razoavelmente desenvolvidas e, se o acesso ao nível superior se deu por meio da modalidade a distância, isto implica que: a) os alunos tenham uma base de conhecimento sólida do ensino médio e b) autonomia para estudar, dentre outras características desejáveis.

Em 2012, a disciplina Matemática Elementar foi ofertada e teve como índice de reprovação 87 %. Em uma segunda oferta, o mesmo índice foi de 85 %. Ao final do primeiro ano do Curso, entre ofertas e reofertas da disciplina e considerando o ingresso de 182 alunos dos quais 63 por algum motivo desistiram, restaram apenas 29

alunos em três polos, com condição de prosseguir para o terceiro módulo, dos oito que integralizam a grade curricular. Para a mesma turma, verificou-se também que os alunos tinham dificuldade de leitura e compreensão de textos, o que significava que parte dos percalços quanto à resolução de problemas lógicos estava ligada à capacidade de compreender os enunciados (questão tão debatida quanto pouco solucionada).

Estes dados apontam para um grau de conhecimento básico, quando do ingresso na Universidade, como extremamente precário. A alternativa encontrada pela equipe pedagógica foi ofertar uma disciplina de nivelamento na qual o processo de acompanhamento da aprendizagem pudesse ser mediado *in loco*. Diante disso, selecionaram-se dois professores aptos a atender alunos dos polos em que se percebiam as maiores dificuldades no campo da leitura e álgebra elementar.

Muito do que aqui vai dito é fruto da observação e da vivência com alunos. A atitude por nós adotada se pauta na vontade de encontrar alternativas que contenham a evasão ao mesmo tempo em que promovam a autoconfiança e a capacidade intelectual do aluno de EaD, pois sabemos que, muitos desses alunos, ainda que trabalhem como professores da rede pública, tem nos cursos de graduação oferecidos nessa modalidade, a única oportunidade de acesso à formação em nível superior.

Mas se esse é o perfil dos alunos com os quais trabalhamos, como é o perfil do professor de EaD no Amazonas? Essa é uma questão cuja complexidade não se põe apenas pelo fato de que os professores da modalidade a distância desenvolvem capacidades que não são exigidas daqueles que lidam exclusivamente com a modalidade presencial.

Além de produzir textos específicos para o aluno de EaD, o professor deverá lidar também com os rudimentos para a preparação de outras mídias (audiovisual e internet). Preparar roteiros para vídeo-aulas, customizar ambientes virtuais com o apoio de profissionais da área e aprender a interagir com seus alunos e com os tutores são experiências que modificam a maneira de o professor lidar com o ato de ensinar e também cria uma série de questionamentos tais como: o que tenho a dizer, considerando a distância, atinge meu aluno? Os impressos que produzi são suficientemente dialógicos? Afinal, que é a linguagem dialógica? A resposta dada pelos alunos nas avaliações é um medidor seguro ou estou reproduzindo o que faço na modalidade presencial, sem a devida transposição?

O Centro de Educação a Distância da UFAM buscou dar aos 120 professores formados pelo *Curso de Especialização em produção de Material Didático para EaD* os instrumentos para responder a essas perguntas, mas elas esbarram no aporte metodológico de cada um desses professores. As perguntas feitas acima são as mais desejáveis, porém nem sempre o professor está disponível a fazê-las, pois é comum encontrarmos formas de resistência docente que imputam ao aluno certa incapacidade de lidar seja com a competência leitora, seja com a competência em resolver problemas lógicos. Assim como os questionamentos acima podem ocorrer, existe também o sentimento de que, para o professor, criar mecanismos de combate à

evasão e promoção da autoconfiança do aluno é uma sobrecarga, um trabalho vão, considerando o período em que esse aluno deveria ser exposto a experiências mais complexas no âmbito do ensino e da aprendizagem e, no entanto, não o foi. Daí também as recorrentes e preconceituosas constatações de que o discurso professoral deve “baixar de nível”, de que “o aluno não é suficientemente esforçado” ou ainda de que se procede a uma proteção ao aluno.

Relativizar todas essas falas e garantir, ao mesmo tempo o rigor necessário para que o aluno possa dar respostas consistentes aos processos avaliativos a que é exposto (além das avaliações próprias às disciplinas, o ENAD) é um desafio para o qual buscamos respostas diariamente.

Outras formas de trabalho docente apresentam-se nesse painel que a EaD e as formas mistas de ensino assumiram no Amazonas. O caso dos professores titulares na modalidade presencial mediada por tecnologias, na UEA, é um desses casos, pois a transmissão de aulas via satélite possibilita que os professores entrem em contato com os alunos de forma síncrona em todos os municípios onde as aulas serão captadas via satélite, mas não significa que o professor conheça esses alunos.

Ao falar das distinções entre modalidade presencial e presencial mediada por tecnologias, Andreza Bastos Mourão demonstra que, em presença, o professor tem a oportunidade de obter resultados mais imediatos do aluno, no entanto “no SPMT-UEA (Sistema Presencial Mediado por Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas), observam-se alguns obstáculos enfrentados pelos docentes no decorrer de suas atividades tais como”:

- Ministras aulas frente a várias câmeras;
- Não tem um retorno imediato do andamento das suas aulas;
- Não conhece seus alunos, tão pouco sabe os seus nomes, suas idades, perfis ou nível de conhecimento;
- Não pode medir conhecimento e/ou dificuldades;
- Divide metodologias e assuntos a serem ministrados com outros colegas;
- Não conta com recursos interativos para lançar desafios individuais e com uma realimentação imediata. (MOURÃO, 2010)

A dificuldade na interatividade e no contato direto com os alunos, gera a necessidade de ter o professor auxiliar, que cumpre funções semelhantes às de tutores presenciais e a distância. É este professor quem lida com os alunos e poderá dirimir suas dúvidas, lançar notas, acompanhar a aprendizagem. Na modalidade a distância como praticada pela UFAM e pelo IFAM, o professor ministrante está em contato direto com os tutores, reúne-se com eles e pode interferir na qualidade das respostas dadas pelos tutores como também, ao longo da disciplina pela qual é responsável, conhecer melhor seus alunos e as suas especificidades.

O professor auxiliar, na modalidade presencial mediada por tecnologias, e o tutor, na modalidade a distância, apresentam-se como figuras de fundamental

importância para o andamento das atividades docentes. A capacidade de um tutor, por exemplo, dar respostas rápidas e com qualidade para o aluno poderá não só melhorar o desempenho desse aluno, mas promover a autonomia para que esse aluno aprenda a buscar outras respostas. Além disso, alunos e tutores desenvolvem laços de confiabilidade e proximidade. O oposto dessas relações bem sucedidas gera alunos mal preparados e tutores inseguros.

Fato corriqueiro no Amazonas e, presumivelmente, em outras regiões e estados brasileiros é que nem sempre encontramos tutores com formação na área de conhecimento exigida e, não raro, o gestor se vê na obrigação de selecionar os que estão em áreas de conhecimento afins. Esse senão deve-se especialmente ao fato de que em áreas onde a baixa escolaridade é um fato, faz-se necessário trabalhar com o material humano disponível, motivo pelo qual se buscou a permanente formação de tutores a fim de suprir conhecimentos que por desventura lhes faltassem ao mesmo tempo em que se buscava aprimorar as formas de diálogo e atendimento aos alunos empregando os recursos disponíveis nos ambientes virtuais da melhor forma possível em um estado que, como já foi dito, tem uma rede de internet bastante instável.

Parte das dificuldades relacionadas aos tutores presenciais poderia ser sanada com formações semestrais no CED/UFAM, no início e término das disciplinas de um determinado módulo. Entretanto para isto acontecer precisaríamos contar com recursos financeiros específicos que nem sempre estão disponíveis.

Acresce à lista de atores da modalidade a distância a figura do coordenador de polo. Os municípios, como mantenedores dos polos de apoio presencial, são os responsáveis pela indicação do Coordenador do Polo. Não são raras as mudanças dos Prefeitos, dentro de um mesmo mandato, e frequentes são as solicitações para mudança do Coordenador. Estas mudanças têm ocasionado descontinuidade administrativa com reflexo na qualidade da oferta dos Cursos e evidente descaso com o a infraestrutura do polo de apoio presencial quando do término de uma administração e início de outra. Em verdade, os polos se transformaram em um corpo estranho na gestão municipal e as formas pelas quais têm sido avaliados desencorajam os servidores públicos municipais a assumirem essa responsabilidade quando são indicados a fazê-lo.

Diante de uma realidade distinta e moldada por um espaço físico continental, pelo menos no Amazonas, o lugar do gestor de EaD merece reflexão. Chama atenção inicialmente o fato de que, embora os papéis dos sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem estejam bem definidos no que diz respeito à legislação, a experiência vivida pode ser bem outra. As universidades públicas no Brasil estão historicamente assentadas sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão, mas ao longo dos últimos 15 anos, pode-se considerar que a esta tríade deve-se acrescentar um quarto elemento, a gestão.

Embora sejam amplamente conhecidas como instituições públicas, as Universidades Estaduais, os Institutos Federais e as Universidades Federais têm diferentes condutores legais que as orientam sobre licitações, contratos e convênios

que promovem as ações para EaD. A primeira parte desse problema diz respeito ao fato de que as Universidades Federais e Estaduais estão ligadas a diferentes níveis do poder público (tendo inclusive diferente representação: ANDIFES e ABRUEM respectivamente) ainda que semelhantemente reguladas e acompanhadas. A distinção entre estas e os Institutos Federais é mais aguda, pois as universidades se ligam à SESU enquanto os institutos se ligam à SETEC. Estas distinções geram distorções de que já falamos acima, porém, quando se pensa nos modelos adotados por estas IES ao participarem do Sistema UAB, todas devem adotar um padrão semelhante, seguindo as orientações dadas pela Diretoria de Educação a Distância da CAPES que acaba assumindo o lugar de ente unificador destas diferentes instituições hoje reunidas e representadas em um conselho de coordenadores da UAB.

O primeiro desdobramento desse painel é a autonomia de cada uma destas IES. Ainda patinando em quais são os limites das universidades para gerir os recursos que recebem seja por descentralização, seja por contratos e convênios, os órgãos reguladores acabam por impor modelos que se de um lado buscam dar garantias de cuidado com a coisa pública, por outro acabam por frear o desenvolvimento de ações para democratização do conhecimento, causando, no que diz respeito à educação a distância, considerável demora no uso dos recursos que, não raro, são devolvidos aos cofres públicos. Em outras palavras: as universidades tem autonomia relativa.

O segundo desdobramento é o processo pelo qual as formações demandadas por estados e municípios é discutido nas várias esferas colegiadas. Partindo dos núcleos de EaD nas universidades e institutos, seguindo para os colegiados das unidades acadêmicas e sendo discutidas nos fóruns permanentes de apoio à formação docente, as demandas apresentadas para formação de professores em primeira ou segunda licenciatura são sempre problemáticas, pois nem sempre os números apresentados para tais formações são fidedignos. Quando confrontados com as necessidades formativas de estados e municípios, os órgãos de fomento são claros quanto à indução maciça de formações docentes, deixando ao largo formações tecnológicas em um país carente não só de professores de física, química, matemática e língua portuguesa como também de engenheiros.

O lugar do gestor de EaD (coordenadores de núcleos, diretores de centros de educação a distância, coordenadores da UAB e de projetos, coordenadores de curso entre outros) é um espaço mediador e medial. É mediador nas relações estabelecidas entre os braços institucionais e os municípios e estados, entre os colegiados institucionais e os que demandam por formações, e entre os vários segmentos que compõem núcleos e centros. É medial quando se vê entre as IES que representa e os órgãos reguladores da oferta de cursos, tendo que dirimir eventuais sobreposições e problemas que nascem na avaliação de cursos e de polos. Grande parte desses impasses tem origem nos procedimentos para institucionalização da EaD nas universidades e também nas instâncias administrativas (ministérios e secretárias) exteriores às universidades.

Como se tentou demonstrar nesta passagem, os sujeitos envolvidos na oferta de cursos na modalidade a distância, estejam ou não no Norte do Brasil, formam um

novo conjunto de indivíduos que deseja se situar dentro de uma estrutura universitária que ainda busca consolidação quanto à sua autonomia e, ao mesmo tempo, um grupo de indivíduos que, desde 2005, ano em que foi criada a Universidade Aberta do Brasil, coloca as IES na premente situação de se pensar e gerar alternativas de formação seja inicial ou continuada.

4. CONCLUSÃO

Esse pequeno artigo buscou apresentar um painel da educação de nível superior feita por meio da modalidade a distância ou empregando as tecnologias da informação e comunicação, tendo como delimitador geográfico o Norte do Brasil. Temos clareza de que, descontadas as distinções regionais, nossas experiências devem assemelhar-se em muito às vividas por outras instituições públicas de ensino superior. Porém, não poderíamos deixar de apontar alguns elementos que tornam a experiência amazônica singular quando se trata da oferta de cursos superiores na modalidade a distância:

1. As dimensões da geografia amazônica não podem ser desconsideradas quando da oferta de cursos e avaliação de polos, pois muitos dos polos demandam por formação e apresentam baixo IDH e baixo IDEB sendo, contudo, considerados como não aptos para a oferta de cursos. Como solucionar essa dicotomia na esfera federal?
2. Formar professores e bacharéis na modalidade a distância significa formar outros atores imersos no processo ensino-aprendizagem: professores autores, professores ministrantes, tutores, designers, tecnólogos da área da informática. Como pôr esses profissionais em diálogo para promover a EaD?
3. A promoção da modalidade a distância não passa apenas pela garantia de recursos financeiros e humanos dentro das IES como também pela negociação constante com estados e municípios, questão que os órgãos de fomento evitam tocar.
4. A política federal para uso da banda larga dá mais a quem já tem o suficiente, em outras palavras, quem mais necessita desse benefício continuará sem ter acesso a ele. É o caso da Amazônia brasileira.
5. Há um momento em que os limites da criatividade se esgotam: sem uma política clara para a modalidade a distância no Norte do Brasil e sem o devido incentivo que deveria partir do PNBL, a previsão de formações por meio da EaD está fadada ao eterno balão de ensaio.

O conceito de tecnologia social, Segundo Novaes e Dias (2009, p. 17) surgiu “como uma crítica à tecnologia convencional e de uma percepção, ainda não precisamente formulada, da necessidade de um enfoque tecnológico para a questão do que vem sendo denominado “inclusão social”.” Desta forma entendemos que os professores, bacharéis e tecnólogos formados por UFAM, UEA e IFAM traduzem o compromisso dessas instituições com a educação superior encaminhadas para uma associação com as tecnologias sociais. A capacidade de essas três instituições se

organizarem, deverá gerar frutos mais doces para um futuro que atenda uma demanda social concreta que, esperamos, não esteja distante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento Base do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL**. 68 p. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECTI. **Proposta da Rede Estadual de Comunicação do Amazonas**. 28 p. 2011.

INEP. Indicadores Educacionais, 2012. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

KENYON, Natalia de L. Bueno. Cultura tecnológica & educação popular sob a ótica do trabalho do catador de lixo: caminhos à tecnologia social. Artigo elaborado para exposição na Mesa Redonda sobre Cultura Tecnológica e catadores (as) de lixo, promovido pela ONG-Aditepp (Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos – www.aditepp.org.br). set. 2003.

MOURÃO, Andreza Bastos. **Educação Presencial Mediada por Tecnologia em Tempo Real**. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Computação e Sistemas Digitais) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOVAES, Henrique T. ; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social In: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: IG/UNICAMP, 2009.

PEREIRA, Ednaldo Coelho. **Infraestrutura Tecnológica em Cursos na modalidade presencial mediada por Tecnologias para o Estado do Amazonas**. 2010, 64 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Computação e Sistemas Digitais) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.